

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

1. OBJETO E JUSTIFICATIVA.

Este termo de referência visa estabelecer os critérios mínimos para contratação de profissional e/ou empresa especializada e habilitada para apresentação técnica e gráfica de projetos de reforma de arquitetura de interiores e seus respectivos projetos complementares para a sede do CRESS/SC.

O CRESS/SC possui 3 salas (integradas) localizadas no 10º Andar e 2 salas (integradas) no 12º andar do Edifício APLUB, no centro de Florianópolis / SC necessitando de reforma e adequação dos espaços físicos.

2. QUANTO AOS PROJETOS TÉCNICOS A SEREM ENTREGUES:

Constitui objeto do presente Termo, a contratação de profissional e/ou empresa especializada e habilitada para apresentação técnica e gráfica de projetos de reforma de arquitetura de interiores e seus respectivos projetos complementares para a sede do **Conselho Regional de Serviço Social– CRESS/SC**. Os projetos deverão ser planejados e concebidos de forma a utilizar as novas tecnologias de materiais existentes no mercado, com a finalidade de aperfeiçoar o tempo de reforma, atentando para a funcionalidade e economia, observados os termos e condições constantes no presente Termo de Referência. Os projetos a serem entregues são:

- Projeto de reforma de interiores;
- Projeto de mobiliário;
- Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão;
- Projeto de instalações telefônicas prediais;
- Projeto de cabeamento estruturado, automação e lógica em edifícios;
- Projeto de instalações hidrossanitárias prediais;
- Projeto de luminotecnica;
- Projeto de combate a pânico e incêndio (se necessário);
- Emissão de laudo das instalações de prevenção de combate a incêndio e pânico;
- Projeto de reforma/recuperação das esquadrias das janelas;
- Projeto de execução.

Consideram-se incluídos nos itens acima elencados, além dos projetos especializados, a elaboração e entrega pelo profissional e/ou empresa a ser contratada dos seguintes elementos:

- a. Memorial descritivo apresentando todas as Especificações Técnicas e Encargos, para cada um dos projetos elaborados, além das referências às Normas Técnicas a serem consultadas para a metodologia de execução dos serviços. Este documento deve apresentar todas as características necessárias para identificação dos produtos a serem aplicados, tipo de material, dimensões e características físicas dos elementos,

classificação, dimensão e cor dos acabamentos utilizados, entre outras informações pertinentes.

- b. Orçamento para execução da obra, discriminando todos os projetos elaborados, considerando os valores praticados no mercado.
- c. Planilha Orçamentária, a ser preenchida pelas empresas que irão concorrer em licitação para executar a reforma das instalações contendo, no mínimo, as seguintes informações: discriminação dos materiais e serviços, quantitativo de cada material e serviço, custo unitário dos materiais e serviços, custo total de cada material e serviço que deverá ser incluído ao final da Planilha Orçamentária;
- d. Cronograma físico-financeiro contendo a previsão de gastos com cada uma das etapas da obra, de forma a possibilitar uma análise da evolução física e financeira da mesma. Este Cronograma deverá conter o percentual mensal de execução dos serviços, e a aplicação dos recursos de cada item relativos ao valor total da obra, de forma compatível à Planilha Orçamentária apresentada;
- e. Recolhimento das taxas e registros das ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) junto ao CAU. As ARTs ou RRTs deverão ser devidamente preenchidas observando as especialidades diversas que deverão ser desdobrados em tantos profissionais quantos forem os profissionais envolvidos no objeto do contrato. Os formulários de ARTs ou RRTs deverão ser entregues devidamente quitadas e assinadas por seus Responsáveis Técnicos;
- f. Plantas, “layouts”, Produtos Gráficos e Relatórios Técnicos (impresso/plotado em tamanho A1 com escalas a serem julgadas pelo profissional responsável, eficientes para a correta e posterior execução da obra), e digital (em extensão pdf. e dwg.).
- g. Acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

3. QUANTO A LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS:

Os projetos deverão obedecer as NBRs, leis, decretos, portarias, de demais regulamentos em todas as esferas governamentais, diretamente e/ou indiretamente aplicáveis.

6. SUBCONTRATAÇÃO

A Contratada não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objeto do contrato.

A Contratada poderá subcontratar parte dos serviços, com exceção do projeto arquitetônico ou engenheiro, desde que a subcontratação seja aprovada prévia e expressamente pelo Contratante.

Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Se empresa:

7.1.1. Ser empresa de engenharia, e/ou arquitetura devidamente habilitada, com Certidão de Registro e Comprovante de regularidade da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, expedidos pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), possuindo contrato social devidamente compatível com a execução do presente objeto deste Termo de Referência;

7.2. Se pessoa física:

7.2.1. Ser pessoa física que atenda e comprove ser arquiteto ou engenheiro civil, devidamente registrado no seu Conselho de classe.

7.3. Se pessoa jurídica indicar, na data prevista para assinatura do contrato, engenheiro e/ou arquiteto responsável, registrado no CREA ou no CAU, para responder pelos serviços e dirimir possíveis dúvidas do CRESS/SC.

7.4. O engenheiro e/ou arquiteto responsável deverá comprovar vinculação profissional com a empresa apresentando, se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; se sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente; se contratado: cópia do contrato devidamente assinado.

7.5. Apresentar atestado de capacidade técnica, devidamente registrado no CREA ou no CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, que comprove que a contratada tenha executado serviços de características semelhantes aos descrito neste Termo de Referência;

7.6. Para a contratação, o interessado deverá apresentar a seguinte documentação, em original ou cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor do CRESS/SC, perfeitamente legível, juntamente com as cópias que serão juntadas aos autos, os seguintes documentos:

7.6.1. Para empresas:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, relacionando o objeto social ao da contratação;

- b)** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, relacionando o objeto social ao da licitação, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, caso já tenha sido apresentada e juntada no credenciamento não se faz necessária nova apresentação;
- c)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- d)** Prova de Regularidade com a Fazenda Federal através de Certidão de Quitação de Tributos Federais, conjunta a Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa da União, com validade na data da contratação.
- e)** Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual através de certidão negativa de débitos, com validade na data de realização da contratação;
- f)** Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da empresa através de Certidão de Quitação de Débitos Municipais, com validade na data de realização da contratação.
- g)** Prova de Regularidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, através de:
 - g.1.** INSS - Certidão Negativa de Débitos – CND, com validade na data de realização da contratação; e
 - g.2.** FGTS – Certidão de Regularidade de Situação - CRS fornecido pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de realização da contratação.
- h)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.6.2. Para pessoa física:

- a) cópia do RG ou outro documento de identidade;
- b) cópia do registro na entidade de classe;
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio do contratado, relativa a débitos estaduais, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

- e) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio do contratado, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do contratado, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

8. QUANTO ÀS DEMAIS EXIGÊNCIAS

8.1. O (a) contratado (a) ficará obrigado (a) a cumprir todas as exigências (Prefeitura de Florianópolis, Administração do Edifício APLUB e etc) que venham a ocorrer durante a aprovação do projeto, devendo para tanto comparecer pessoalmente aos órgãos geradores das exigências para conferência das mesmas, e cumpri-las integralmente no prazo estipulado pelos órgãos em questão, sem ônus financeiro para o CRESS/SC;

9. CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS

A CONTRATADA cederá os direitos patrimoniais do projeto relativo ao objeto deste Termo de Referência, para o fim do CRESS/SC utilizá-lo a seu critério, nos termos do disposto no Art. 111 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

10. DOS PRAZOS:

Visitações: Poderão ser realizadas entre os dias **26 e 30 de setembro de 2022**, no período das 08h às 14h, horário local;

10.1. A proposta deverá ser entregue até **14 de outubro de 2022**. A proposta deverá conter, dentre outras, as seguintes informações:

- 10.1.1 Dados da empresa (Razão Social, CNPJ, endereço, telefone, etc.);
- 10.1.2 Conta bancária (nome e número do banco, da agência e da conta corrente);
- 10.1.3 Planilha de Custo e Formação de Preços preenchida;
- 10.1.4 A proposta deverá ter seus valores expressos em moeda corrente nacional e prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução dos serviços contratados correrão da seguinte fonte de despesa do Orçamento de 2021:

- **Elementos de Despesa:** 6.2.2.1.1.02.01.01.001 Obras e Instalações
- **Centro de Custo:** 02.13

12. DO GESTOR CONTRATUAL.

É designada a Comissão Administrativo-Financeira, como gestora contratual, nos termos da legislação vigente.

12. DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados mediante Transferência Bancária, através de crédito em conta corrente, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da entrega da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pela gestora do contrato do CRESS/SC, e de acordo com a forma estabelecida abaixo:

40% (Quarenta por cento) do valor total do contrato, após a conclusão da apresentação preliminar e aprovação do CRESS/SC;

60% (Sessenta por cento) do valor total do contrato, após a conclusão do objeto e aprovação do CRESS/SC.

13. OBSERVAÇÕES GERAIS

13.1. A Contratada deverá manter sigilo de todas as informações e demais subsídios fornecidos pela Contratante para a execução dos serviços, ficando proibida de veicular publicidade acerca do objeto do contrato.

13.2 A minuta do instrumento do contrato é parte integrante e indissociável deste instrumento

Florianópolis, 05 de setembro de 2022.

Viviana Wachtel Seleme
Presidente

Daniel Colombo
Coordenador Administrativo
